

**O COMPLEXO PROBLEMA DO CÂNONE LÍRICO DE CAMÕES:
ALGUMAS PERSPETIVAS TEÓRICAS**

**THE COMPLEX PROBLEM OF THE CANON OF THE LYRICAL
WORK BY CAMÕES: SOME THEORETICAL PERSPECTIVES**

Miguel Correia¹

Mestrando na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

RESUMO: A lírica camoniana, como repositório de uma teoria poética implícita, representa um caso particular na produção literária portuguesa. Pela abrangência com que o poeta, no plano individual e coletivo, deu expressão a algumas das características que definem o drama existencial do homem português, e também pela dimensão da pedagogia cívica que nela procurou imprimir, a sua obra assume-se como um pilar da cultura lusíada nos últimos quatro séculos. No entanto, emerge um problema complexo quando se procura delimitar o «cânone» da lírica, ou seja, o conjunto de obras que lhe podem efetivamente ser atribuídas, o que se deve a um fenómeno de receção assente em fontes erróneas e influenciado por múltiplos agentes. Através do estudo do papel desempenhado pelos documentos quinhentistas na constituição do cânone lírico do poeta, explanou-se o processo de constituição do *corpus* camoniano nos séculos subsequentes, confirmando-se a complexidade histórico-literária deste processo.

PALAVRAS-CHAVE: Luís de Camões – cânone - lírica – receção.

¹ Licenciado em Estudos Portugueses e Lusófonos. Frequenta atualmente o Mestrado em Ensino de Português no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ABSTRACT: The lyrical work of Camões, as a repository of an implicit poetic theory, represents a particular case in Portuguese literary production. Due to the comprehensiveness with which the poet, at the individual and collective level, gave expression to some of the characteristics that define the existential drama of the Portuguese man, and also due to the dimension of the civic pedagogy that he tried to print in it, his work is assumed as a pillar of Portuguese culture in the last four centuries. However, a complex problem emerges when trying to delimit the "canon" of the lyric, that is, the set of works that can effectively be attributed to it, which is due to a phenomenon of reception based on erroneous sources and influenced by multiple agents. Through the study of the role played by 16th century documents in the constitution of the lyrical canon of the poet, the process of constitution of the *corpus* in subsequent centuries was explained, confirming the historical-literary complexity of this process.

KEYWORDS: Luís de Camões – canon – lyrical work – reception.

I. O «cânone» da lírica de Camões: enquadramento do problema

Em primeiro lugar, são reduzidos os conhecimentos biográficos que se possui, com base documental segura, acerca da vida de Luís Vaz de Camões. Na verdade, originou-se um duradouro fenómeno de receção escrita e recreativa em torno da lírica camoniana, por vezes degenerada em fontes erróneas, tal como aponta Aníbal Pinto de Castro no estudo *Camões, um poeta pelo mundo em pedaços repartido* (2003). Atualmente, ainda se conhece uma escassa porção da obra lírica escrita por Luís Vaz de Camões, embora já se tenham registado quatrocentos anos da morte do poeta. A dificuldade na fixação do cânone da lírica camoniana acarreta, portanto, múltiplos problemas na leitura da sua poesia e no conhecimento da sua personalidade humana e histórica, conforme explana Vítor Manuel de Aguiar e Silva (1994) na obra *Camões: Labirintos e Fascínios*.

Conforme a linha de pensamento do último autor, constata-se uma «hiperatividade crítica» em torno da lírica de Camões, o que se deve, primeiramente, ao *corpus* disperso e caótico de textos, a partir do qual se procurou fixar o cânone. e à «polinterpretabilidade» suscitada pelos seus poemas (Silva, 1994: 37). A aleatoriedade do *corpus* deve-se ao facto de este incluir apócrifos, cuja autoria pode ser imputável a outros escritores, e de os próprios

textos do poeta se encontrarem desfigurados devido à intervenção de múltiplos agentes e fatores (*idem*: 37). Não tendo o poeta deixado a sua lírica preparada para o prelo, impõe-se a fixação de um critério, tão objetivo quanto possível, para a determinação dos textos que lhe possam ser atribuídos, erigindo-se um *corpus* homogéneo e coerente que possua uma relativa base de segurança (Filho, 1990: 16).

Ora, desde o século IV a. C., a palavra «cânone» designa o conjunto de livros da Bíblia reconhecidos pela Igreja Católica como autênticos e de inspiração divina. Pelo contrário, são designados «apócrifos» os livros não reconhecidos como tal. Por analogia, no domínio filológico, que interessa ao presente trabalho, são denominados textos «canónicos» aqueles que podem ser atribuídos sem dúvida a um autor e são designados como «apócrifos» aqueles que lhe são duvidosamente atribuídos (Silva, 2011: 228). No entanto, a lista de obras que constitui um cânone é aberta, historicamente elaborada, nem sempre reúne consensos e articula várias dimensões, particularmente juízos da comunidade literária, mas também critérios de ordem patriótica e civilizacional:

O cânone em qualquer sistema literário é formado segundo os valores e juízos críticos da comunidade literária que o legitima, tanto no plano patriótico como no civilizacional, ainda no da literatura em perspetiva globalizada. Certo ou errado tem sido mantido um cânone ocidental de clássicos da literatura de todos os tempos. Quanto a Camões, pode-se afirmar que a sua épica foi considerada canónica logo no século XVI no âmbito ibérico e europeu (Franco, 2011, p. 219).

Neste sentido, entre os séculos XVI e meados do século XVII, a canonização camoniana justificou-se pelo louvor do trabalho, patente na sua épica, de dignificação da língua portuguesa. *Os Lusíadas*, figurando no cânone das grandes obras épicas da cultura ocidental, em linha com a *Odisseia* e a *Eneida*, rapidamente conferiu crédito ao português como língua de cultura (Franco, 2011: 219).

Importa esclarecer, como observa Aguiar e Silva (1994), que o conceito de cânone da lírica camoniana sempre foi objetivado em função da totalidade dos textos bem ou mal atribuídos ao poeta. Os únicos documentos de que a crítica efetivamente dispõe são os cancioneiros de mão, todos eles apógrafos, que recolheram a obra lírica do poeta, “não se conhecendo manuscritos de Camões, nem coletâneas da sua poesia lírica que tenham obtido a sua aprovação” (Silva, 2011: 228).

Tais cancioneiros manuscritos, por norma miscelânicos, fragmentados e incompletos, nem sempre com expressa indicação do autor, foram utilizados pelos organizadores das duas edições quinhentistas póstumas – *Rhythmas* (1595) e *Rimas* (1598). Estas edições encetaram o primeiro ramo da tradição impressa (Silva, 1994: 38) e atestaram, de facto, a qualidade e sucesso comercial do poeta (Franco, 2011: 220), conforme se detalhará no capítulo seguinte.

II. As edições quinhentistas da lírica camoniana: informações e contributos

Com base no exposto, é notório que o acúmulo de poemas atribuídos a Camões foi acompanhado de constantes dúvidas. O cânone das *Rimas* consiste no conjunto de poemas cuja atribuição de autoria a Luís de Camões se encontra devidamente fundamentada, não sendo posta em causa por critérios filológicos, histórico-literários e estilísticos suficientemente probatórios (Silva, 2011: 228).

O estabelecimento do *corpus* canónico das *Rimas* configurou, desde logo, um problema filológico, dado que, em vida, apenas foram publicados três poemas de Camões: a ode *Aquella unico exemplo*, dedicada «Ao Conde do Redondo, Viso-Rey da India»; os tercetos *Despois que Magalhães teue tecida* e o soneto *Vos Nymphas de Gangetica espessura*, dedicados a D. Leonis Pereira. Note-se que estes poemas foram somente coligidos na segunda edição das *Rimas* (1598) (*idem*: 228).

A edição das *Rhythmas* (1595), provavelmente organizada por Fernão Rodrigues Lobo Soropita e impressa em Lisboa por Manuel de Lira, baseou-se em manuscritos apógrafos, em «liuros de mão, onde estas obras andauão espedaçadas» (Silva, 2011: 229). O anónimo organizador da edição de 1595, identificado pelo livreiro Domingos Fernandes, responsável pela edição de 1616, como sendo Soropita, escreve que Camões gozaria de um indisputado lugar de primazia em confronto com outros grandes poetas portugueses, o que nota a apreciação da mestria deste a nível formal e da sua erudição. Todavia, Domingos Fernandes omitiu do prólogo a referência à não autoria camoniana do soneto n.º 19 da edição de 1595, o que visava, fundamentalmente, acautelar os seus interesses comerciais e afastar da sua pessoa eventuais suspeitas de fraude. Camões era considerado, nesta perspectiva, um modelo imbatível, o que se deve à agudeza dos conceitos patente na sua obra e ao notável engenho na utilização vocabular (Silva, 1994: 38-39).

O “Prologo aos Leytores”, da edição de 1595, revelava consciência da precariedade dos textos coligidos e adverte que nem todos os poemas publicados seriam de Camões. Este prólogo foi excluído da edição de 1598, aparecendo em sua substituição um breve “Prologo ao Leitor”, decerto da autoria de Estevão Lopes, que continha informações sobre os problemas de crítica textual. É pertinente notar que o mercado de livros entendeu expurgar a lírica do poeta de erros textuais e corrigiu as lições dos poemas que fez imprimir em 1598, embora procurando respeitar as características temáticas e estilísticas (Silva, 2011: 229).

Consequentemente, o princípio da legitimidade da correção textual contende com os critérios proclamados no prólogo da edição de 1595, cujos textos foram copiados diretamente dos cancioneiros de mão (Silva, 1994: 40-42). Relativamente à questão autoral, a edição de 1595 é altamente fiável, pois Soropita publicou dez canções, uma sextina, cinco odes, três elegias, um capítulo, três composições em oitava rima e oito élogos, cujo estatuto canónico não suscita quaisquer suspeitas na ótica de Vítor Aguiar e Silva (2011: 228-229). Na verdade, este “núcleo duro de poemas atravessaria os séculos”, ao qual se “foram agregando novos poemas no processo de diástole sofrido pela lírica camoniana” (Hue, 2011: 859).

Nas *Rhythmas* (1595), a lírica encontra-se dividida em cinco partes, sendo que logo no frontispício se anuncia essa repartição: *Rhythmas* de Luís de Camões, pertencendo a responsabilidade de tal distribuição ao anónimo autor do prólogo (Soropita, se consideramos exata a informação de Domingos Fernandes). O autor relaciona o número cinco com as artes da poesia e da eloquência, estabelecendo a seguinte divisão: primeira parte, constituída pelos sonetos; segunda parte, formada pelas canções e odes; terceira parte, composta pelas elegias e oitavas; quarta parte, representada pelas églogas; e uma quinta parte, na qual se coligem as glosas, voltas e outras composições de verso pequeno. A esta organização subjaz um critério valorativo, no qual o soneto é reputado como a composição de maior merecimento e as formas tradicionais, em redondilha, são avaliadas com menor dificuldade artística e valia estética (Silva, 1994: 40-43).

Em acréscimo, a segunda edição das *Rimas* (1598) aumentou, de modo substancial, o número de poemas incluído no cânone da lírica camoniana: quarenta e três sonetos, uma composição em tercetos, cinco odes e dezassete redondilhas. A fiabilidade das atribuições de autoria das *Rimas* é elevada, tendo esta edição marcado o processo de expansão da lírica de Camões, que se viria a acentuar no século XVII com a edição das *Rimas (Segunda Parte)*, organizada por Domingos Fernandes, e com as *Rimas Varias*, livro coligido por Manuel Faria em Sousa e editado postumamente em 1685-1689 (Silva, 2011: 230).

Assim, em 1616, esgotado o prazo do privilégio deferido à viúva de Estevão Lopes, Domingos Fernandes publicou, em Lisboa, na oficina de Pedro Craesbeeck, as *Rimas de Luis de Camões, Segunda Parte*. A prova de que os manuscritos utilizados pelo livreiro eram fiáveis reside no reduzido número de poemas apócrifos que a *Segunda Parte* contém (Silva, 2011: 231-232). Como se realça no verbete de Aguiar e Silva, a edição de 1616 deu a conhecer um considerável número de poemas canónicos, sendo escasso o número de composições apócrifas (*idem*: 233).

III. O subsequente processo de (re)constituição do cânone da lírica camoniana

Com a edição das *Rhythmas* principia um dos mais espinhosos problemas de crítica textual da literatura portuguesa. Conforme já se referiu, a obra de Camões encontrava-se dispersa em papéis avulsos e cancioneiros antológicos, nenhum deles autógrafo. Assim, nas ulteriores tentativas de (re)constituição do cânone da lírica camoniana ocorreu, desde 1595 até 1880, ano da publicação do *Parnaso* de Camões, obra editada em três volumes por Teófilo Braga, um ininterrupto movimento de «diástole». Este processo de expansão do cânone deve-se ao facto de os organizadores das edições adquirirem notoriedade com a recuperação de poemas inéditos, pelo que o aparecimento de edições acrescentadas constituía uma oportunidade para aumentar as vendas (Silva, 2011: 230-231).

Veja-se que, nas edições de 1595, 1598, 1616 e 1663, foram publicados 304 poemas, atribuindo-se importância ao responsável pela edição de 1598, Estevão Lopes. Entre 1668 e 1680 o conjunto de textos atribuídos ultrapassou os 646 (Silva, 1994: 38). Se atentarmos nos sonetos, a secção mais incerta do *corpus* da lírica camoniana, verifica-se uma permanente oscilação dos textos atribuídos a Camões. Por exemplo, Faria e Sousa publicou 264 sonetos e o Visconde de Juromenha fez imprimir 352 (Silva, 2011: 230-231), o que corrobora a tendência crescente de expansão do cânone através da inclusão de novos textos.

O clímax do movimento de diástole atingiu-se, sendo assim, com a edição do *Parnaso*, pelo que as ideias positivistas e naturalistas favoreceram uma leitura étnica e republicana de Teófilo Braga, que enfatizava o ideal patriótico (Franco, 2011: 227). Contudo, este movimento provocou malefícios, tendo atribuído ao poeta uma panóplia de textos apócrifos (Silva, 2011: 240). Esta dimensão marcadamente prejudicial para a averiguação do cânone verificou-se nas edições de Manuel Faria e Sousa, o qual integrou

nas *Rimas* vários poemas, sobretudo sonetos, que em cancioneiros manuscritos estavam atribuídos a outros poetas, não ocultando essas atribuições (*idem*: 234). Além disso, o próprio camonista declara que modificou textos atribuídos a Camões, melhorando-os, na sua perspectiva, no atinente a pormenores gramaticais e estilísticos (*idem*: 236).

Paralelamente ao clímax da diástole, iniciava-se um inverso movimento de «sístole», que nortearia a rarefação do cânone da lírica camoniana. Neste seguimento, os estudos de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, documentados com base no cancionero Juromenha e nos apócrifos da *Rimas*, resultariam nos *Estudos camonianos* subintitulados “O cancionero Fernandes Tomás” (1922) e “O cancionero do Padre Pedro Ribeiro” (1924). O primeiro salienta a tradição manuscrita como única via possível no sentido de apurar as autorias dos textos imputados a Camões (cf. Silva, 1994). No parecer da camonista, a depuração dos apócrifos teria de considerar, além das edições impressas dos principais poetas dos séculos XVI e XVII, o exame diligente de todos os códices que se encontravam nas bibliotecas públicas portuguesas e estrangeiras (DaSilva, 2001: 101).

O cancionero do Padre Pedro Ribeiro, volumoso códice bilingue também examinado pela investigadora, contém um avultado número de textos do poeta cuja cópia se terá iniciado em 15 de janeiro de 1557 (D. Rodrigues, 2011: 207). Testemunha-se, novamente, que a transmissão manuscrita assume um papel fulcral na preservação e difusão da lírica camoniana até ao século XVII (Silva, 2011: 228). Observe-se, então, as informações que constam da portada do documento:

Cancioneiro em que vão obras dos melhores poetas de meu tempo ainda não impressas tresladadas de papéis da letra dos mesmos que as compuseram; começado na Índia a 15 de janeiro de 1557 e acabado em Lisboa em 1589, per Luis Franco Correa, companheiro em o estado da Índia e muito amigo de Luis de Camoens (D. Rodrigues, 2011, p. 207).

Segundo Aguiar e Silva (1994), a morte de Michaëlis (1925) marcou o termo da primeira fase do processo de expurgo do cânone da lírica camoniana (Silva, 1994: 39). As três grandes edições da obra lírica de Camões realizadas na primeira metade do século XX – a de José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira (1932), a de Costa Pimpão (1944) e a de Hernâni Cidade (1946) –, através das quais se rejeitou os apócrifos incluídos ao longo de três séculos, somente foram possíveis devido às investigações conduzidas por Carolina Michaëlis e Wilhelm Storck. O último, de acordo com Júlia Garraio (2011: 913) procedeu

a uma cuidada análise das fontes e do contexto histórico da lírica camoniana, guiado pelo propósito de conferir a autenticidade de algumas composições e de estabelecer uma periodização da obra.

Ora, as análises subsequentes, na esteira dos autores supramencionados, centraram-se em três fatores: o reexame atento das *Rimas* de Camões, nomeadamente da edição de Faria e Sousa; a leitura cuidadosa da obra de autores contemporâneos de Camões, desde Sá de Miranda a Diogo Bernardes, bem como de poetas castelhanos do século XVI e do início do século XVII; e, por fim, o conhecimento de importantes cancioneiros manuscritos, conforme já se abordou. As referidas edições apresentam uma redução do acervo de poemas, em contraste com o *Parnaso* de Teófilo Braga (Silva, 1994: 40-41).

Em acréscimo, a edição da obra de Hernâni Cidade pode assinalar o termo da segunda fase do movimento de sístole. Todas as edições supramencionadas reafirmam o princípio geral da necessidade de expurgar a lírica camoniana de textos apócrifos. O início de uma terceira fase de sístole pode ser sinalizado com a publicação, de 1948 e 1949, do estudo “Sobre o texto da lírica camoniana”, de José Chorão de Carvalho, que enfatiza as fontes manuscritas, em particular as datáveis do século XVI. Este mobiliza as informações que constam dos cancioneiros manuscritos, adotando uma atitude menos drástica do que a de Costa Pimpão quanto aos textos atribuídos ao poeta por Faria e Sousa, dado que aceita a possibilidade de alguns serem autenticamente camonianos (Silva, 1994: 40-41).

Roger Bismut concede, igualmente, primazia aos dados manuscritos, quer com vista a esclarecer problemas de autoria, quer no sentido de reconstituir lições mais autênticas de textos que circulavam impressos, nomeadamente dos cancioneiros de Luís Franco Correa e do Padre Pedro Ribeiro (Silva, 1994: 40-41). Por outro lado, Emmanuel Pereira Filho e, seguidamente, Leodegário Azevedo Filho propõem um cânone mínimo, básico ou irreduzível, que abarca as seguintes exigências documentais: «testemunho quinhentista», «tríplice testemunhal» e «testemunho incontestado» (Filho, 1977: 207).

Na ótica dos camonistas supracitados, o testemunho da autoria de um texto lírico deveria ser quinhentista ou descendente direto de um documento da época, bem como deveria ser incólume a sua atribuição ao poeta. Deste modo, visa-se a constituição de um *corpus minimum*, já que é impossível obter-se o cânone total. Para a glória do poeta, pouco adiantaria colher tudo o que já se disse ser dele; o que releva determinar, para este estudioso, é o que é, efetivamente, da sua autoria (Filho, 1977: 207-208). Esta metodologia retoma as lições manuscritas, confrontando-as com a tradição impressa multissecular (M. Rodrigues, 2011: 670). Assumem centralidade na constituição do *corpus* de Azevedo Filho, mesmo

que possam incluir lacunas, os cancioneiros já aludidos, em particular o de Évora, o de Fernandes Tomás, o de Corte e Magnates e o de D.^a Cecília de Portugal (Silva, 1994).

De facto, a gradual importância concedida às fontes manuscritas retoma o rumo privilegiado por Michaëlis, em contraste com o menosprezo de Cidade e Pimpão, que adjudicavam uma elevada fidedignidade às edições de 1595 e 1598 (cf. Silva, 1994). Pode constatar-se, nas investigações realizadas nas últimas décadas, o princípio geral de expurgo advogado pela estudiosa. A título de exemplo, Jorge de Sena, relativamente às edições de 1595, 1598, 1616 e 1633, excluiu mais sonetos do que José Maria Rodrigues e Lopes Vieira, Costa Pimpão e Hernâni Cidade, confirmando o movimento de sístole adotado no século XX (*idem*). Porém, este camonista recorre a critérios estatísticos, somente válidos se o cânone já estivesse devidamente estabelecido, como realça Leodegário Azevedo Filho (1990: 46).

Com efeito, foi na segunda metade do século passado que a canonização literária do poeta foi selada, tendo em conta a institucionalização académica do estudo de Camões e a criação da Cátedra de Estudos Camonianos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1924 (Franco, 2011). Neste período, alguns camonistas focalizaram-se, então, em “elaborar critérios de ordem geral, englobantes e sistemáticos, que permitissem corroborar ou refutar a autoria dos poemas atribuídos a Camões” (Silva, 2011: 238), o que visava, fundamentalmente, evitar a adoção de análises de cariz impressionista sobre a qualidade estética dos poemas.

Atualmente, o cânone da lírica de Luís de Camões ainda se encontra em permanente (re)construção e (re)elaboração, sendo este um processo complexo que agrega o contributo de múltiplos estudos e perspetivas. Trata-se, com efeito, de uma tradição textual influenciada pela ausência de documentos autógrafos e pela precariedade dos testemunhos. Neste sentido, urge apurar as informações presentes em muitos cancioneiros manuscritos hispano-portugueses, que poderão fornecer dados passíveis de validar ou rejeitar os textos apócrifos incluídos no *corpus*. É de suma importância, também, a elaboração de edições críticas da obra dos poetas quinhentistas, cujas composições foram muitas vezes incluídas no cânone da lírica de Camões, a saber: D. Manuel de Portugal, o infante D. Luís, Lobo Soropita, Martim de Castro, entre outros (Silva, 1994) (Silva, 2011).

Perspetivar o passado e, simultaneamente, traçar o presente da investigação teórica tem sido o desiderato principal dos estudiosos que se debruçaram no complexo problema do cânone da lírica camoniana. O cânone da obra do poeta é, desta forma, concebido como

o lugar a partir do qual a comunidade literária procura uma relativa estabilidade para firmar o seu processo identitário e cultural.

A constituição do cânone da lírica de Camões não é um processo estático, mas uma realidade dinâmica condicionada por variados fatores e agentes, em particular os dois que se seguem: os documentos fiáveis ao dispor da crítica, que correspondem, efetivamente, aos cancioneiros de mão; e os sucessivos movimentos de diástole e de sístole que alteraram incessantemente o acervo de poemas atribuídos ao poeta, com as suas vantagens e notórios efeitos nefastos (Silva, 1994) (Silva, 2011) (Franco, 2011). Assim, o movimento de diástole, que se iniciou com a edição quinhentista das *Rimas* (1598) possuiu inegáveis benefícios, tendo permitido conhecer textos camonianos autênticos. No entanto, esta expansão inundou as *Rimas* de textos apócrifos. Por outro lado, a sístole trouxe o desejado efeito de depuração desses mesmos apócrifos que se infiltravam paulatinamente no *corpus*, mas adotou rigorosos critérios literários. Essa postura crítica de expurgo filológico, segundo Aguiar e Silva (2011), veiculou a ideia de que existem escassos poemas atribuídos a Camões sobre os quais nunca recaíram questões de autoria e autenticidade.

Por fim, o cânone da lírica de Camões constitui uma verdadeira «obra aberta», como classificaria Umberto Eco, pela multiplicidade de perspetivas mobilizadas e pela plurissignificação dos textos que integra. É certo, pois, que nos séculos vindouros permanecerá a possibilidade de se descobrirem documentos que confirmem atribuições autênticas e rejeitem textos apócrifos, reafirmando a complexidade histórico-literária deste processo.

Referências bibliográficas

- Camões, L. (1994). *Rimas* (ed. de Álvaro Júlio da Costa Pimpão). Lisboa: Almedina.
- Castro, A. (2003). *Camões, poeta pelo mundo em pedaços repartido*. Lisboa: Instituto Camões.
- DaSilva, X. M. (2001). Carolina Michaëlis e a inauguração da modernidade nos estudos camonianos. *Revista da Faculdade de Letras «Línguas e Literaturas»*, XVIII, pp. 93-106.
- Filho, L. A. (1977). Os sonetos de Camões. *Humanitas vol. XXIX-XXX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Filho, L. A. (1990). Introdução à lírica de Camões. In *Biblioteca Breve*, 122. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação.
- Franco, M. (2011). Cânone literário português e Camões. in Silva, V. (coord.) (2011). *Dicionário de Luís de Camões* (pp. 219-228). Lisboa: Caminho.
- Garraio, J. (2011). STORCK, Wilhelm (camonista). in Silva, V. (coord.) (2011). *Dicionário de Luís de Camões* (pp. 912-916). Lisboa: Caminho.
- Hue, S. (2011). *Rhythmas* de Luís de Camões. in Silva, V. (coord.) (2011). *Dicionário de Luís de Camões* (pp. 857-866). Lisboa: Caminho.
- Rodrigues, D. (2011). Cancioneiro de Luís Franco Correa. in Silva, V. (coord.) (2011). *Dicionário de Luís de Camões* (pp. 207-211). Lisboa: Caminho.
- Rodrigues, M. (2011). PEREIRA FILHO, Emmanuel (camonista). in Silva, V. (1994). *Camões: Labirintos e Fascínios* (pp. 668-670). Lisboa: Edições Cotovia.
- Silva, V. (1994). O cânone da lírica de Camões: estado actual do problema: perspectivas de investigação futura. in Silva, V. (1994). *Camões: Labirintos e Fascínios* (pp. 37-162). Lisboa: Edições Cotovia.
- Silva, V. (2011). O cânone das Rimas. in Silva, V. (coord.) (2011). *Dicionário de Luís de Camões* (pp. 228-240). Lisboa: Caminho.